

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: O CASO DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA - PR

Pérsia Dembiski Bueno

Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL
persiadbueno@gmail.com

Jessica Mayara Siqueira Silva

Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL
jehsiq01@gmail.com

Matheus Felipe de Pádua Severino

Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL
matheusf.severino@gmail.com

RESUMO:

O Brasil possuía, em 2018, pouco mais de 100.000 moradores em situação de rua, o Paraná por sua vez pouco mais de 8.000, de maneira que aproximadamente 3.000 pessoas se encontram nesta condição em Londrina. Considerando o impacto sócio espacial causado por esta dinâmica, o presente estudo tem por objetivo discutir os conflitos territoriais existentes entre os moradores em situação de rua e os comerciantes no centro histórico de Londrina. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura a respeito de território e territorialidades, bem como os agentes de produção do espaço. Além disso, foram realizadas entrevistas com as pessoas em situação de rua e com comerciantes. Nota-se que são constantes os casos de violência física e verbal na dinâmica da situação de rua, assim como a exclusão social e dependência química.

Palavras-chave: Território, moradores em situação de rua, exclusão social.

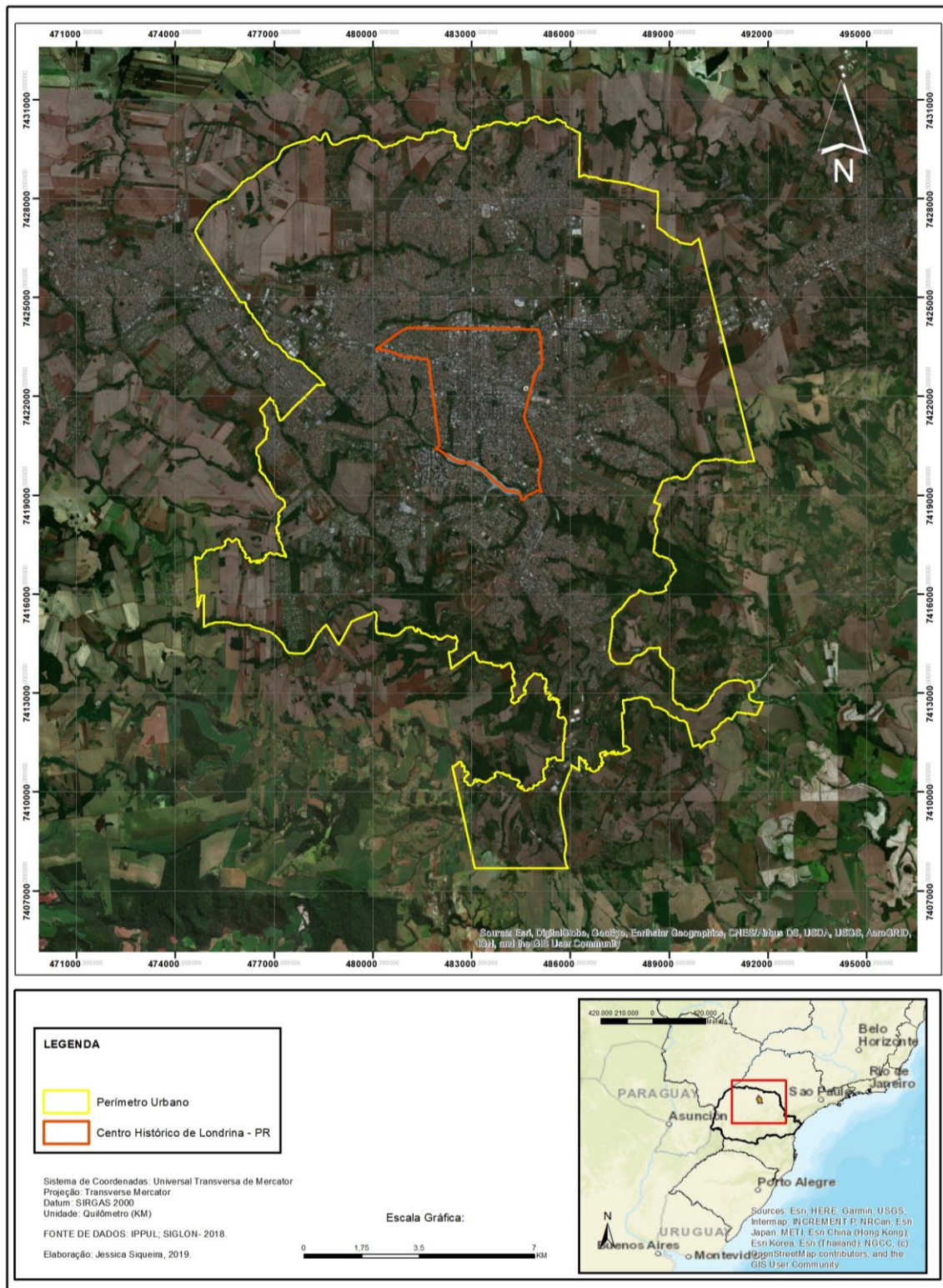
GT – 06: Território e ativismos sociais urbanos

1 INTRODUÇÃO

A situação de rua em que se encontra diversos brasileiros, perpassa, hoje, por diferentes questões de ordem social, cultural, econômica, entre outros. No Brasil, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em 2016 existiam pouco mais de 100.000 pessoas nesta situação, dentre os 5.570 municípios do país, das quais 36,9% (37.608 pessoas) viviam em grandes cidades e 40,1% (40.848 pessoas) nas metrópoles. Do total das pessoas que residiam nas ruas, 48,8% (49.792 pessoas) se concentravam no sudeste do país e 15,7% (16.021 pessoas) no sul. Estes consideráveis quantitativos em regiões de alto adensamento populacional são explicados por diversos fatores, a saber: a quantidade de moradores de um dado município, no qual, de maneira prática, quanto maior a população deste, maiores as proporções de moradores em situação de rua; a pobreza econômica e situações de vulnerabilidade social, nos quais se relacionam com a exclusão social tanto pela falta de recursos monetários quanto pela falta de infraestrutura urbana; e a dinâmica (inter)municipal, relacionada a força de atração que um dado município tem em receber fluxos de habitantes que potencialmente ficarão em situação de rua (IPEA, 2016).

Ao referenciar o estado do Paraná, segundo o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS, este possuía, em 2018, 8.161 pessoas em situação de rua (MDS, 2019), o que corresponde a cerca de 0,07% da população total paranaense, de 11.348.937 pessoas (IBGE, 2019). Entretanto, convém ponderar que estes valores não são completamente precisos tendo em vista que apenas 131 municípios, ou seja, 32,8% do estado possuem levantamento. Além disso, dos 268 municípios que não possuem uma estatística oficial, cinco são considerados de porte grande e um se caracteriza como metrópole. Chamando à atenção para a importância do levantamento destes dados para tais municípios, considerando suas forças de atração e poder econômico. Já em relação à Londrina (Figura 1), em 2018 o município possuía 2.920 pessoas em situação de rua, em outras palavras, 0,5%, dos 563.943 habitantes, população essa, estimada em 2018. (MDS, 2019; IBGE, 2019).

Figura 1: Mapa de localização do município de Londrina e o Centro Histórico.



Fonte: IPPUL/SIGLON, 2018.

Mediante tais índices, nota-se a importância social, cultural, territorial e humanística deste tema, associado ao momento geoeconômico e sociopolítico da população brasileira, suscitando reflexões com aprofundamento científico para um melhor entendimento e planejamento de ações públicas que visem a superação das diversas dificuldades encontradas por essas despossuídos. Considerando as poucas reflexões do tema associado ao recorte geográfico do município de Londrina, o presente trabalho vem propor uma análise, à luz da Geografia, dos territórios e da disputa territorial da população londrinense em situação de rua.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Na discussão em questão, torna-se possível partir de uma constatação básica: território e espaço geográfico não são sinônimos. Apesar de muitos utilizarem indiscriminadamente ambos os termos, há a necessidade de distingui-los, visto que, o segundo é mais amplo que o primeiro.

O espaço geográfico é utilizado frequentemente, tanto no dia-a-dia das pessoas como em distintas ciências, em harmonia com Corrêa (2000) a expressão espaço, torna-se vazia, quando associada somente a uma porção específica da superfície terrestre identificada pela natureza, que por um modo em particular o homem deixou as suas marcas, tendo como referência apenas a sua localização. O espaço possui o seu uso associado indiscriminadamente as diferentes escalas, como: global, continental, regional, da cidade, do bairro, da casa e um cômodo específico dela.

Na perspectiva geográfica o espaço, conforme Corrêa (2000) baseado em Ratzel, será indispensável à vida do homem, encerrando as condições de trabalho, seja elas naturais, ou aqueles socialmente produzidos, ou seja, o espaço geográfico. Diferente do território, o espaço geográfico não se trata inteiramente de um mecanismo político, sendo um campo de ações de uma sociedade ou de um indivíduo por si só atrelado ao processo de reprodução sobre a mão de obra e por meio de consumo. Logo o espaço geográfico reflete a formação sócio espacial, onde:

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial. (CORRÊA, 2000, p. 26)

O espaço geográfico está “como uma arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle” (CASTRO, 2005, p. 139), sendo assim o interesse territorial ocorre a partir do momento em que os indivíduos começam a fazer uso de táticas e planejamentos para expandi-lo, aumentando o seu grau de poder, onde aquele que esteja provido de maior poder dentro do espaço seja mais influente.

Dessa forma, compreende-se o território a partir dos seguintes pressupostos: o território é uma construção histórica e social, a partir das relações de poder que envolvem sociedade e o espaço geográfico e; o território contempla uma dimensão subjetiva (apropriação, identidade territorial) e outra dimensão mais objetiva (ações políticas-econômicas). Portanto, “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Em um sentido simbólico, o território pode moldar identidades culturais e, ser moldado por estas, que são determinantes para a coesão dos grupos sociais. Conforme Claval (1999, p. 158):

Entre os símbolos que ajudam a estruturar as identidades coletivas, o território desempenha um papel central (Piveteau, 1995): ele constitui a base material da existência comum e fornece ao menos uma parte dos recursos indispensáveis à existência de cada um. É um contexto compartilhado, formado de lugares carregados de significações acessíveis a todos (...).

Nessa perspectiva, as identidades territoriais o reconhecimento que determinados grupos sociais desenvolvem com seus “espaços vividos” (HAESBAERT, 2017). Dentro desses “espaços vividos” e também geradores de conflitos, o domínio territorial se torna presente em todas as sociedades com organizações sociais e políticas complexas, onde a classe dominante separada de suas funções de produção e com funções de organização será cada vez mais influente sobre as demais classes diante de sua expansão territorial.

Importante percebermos ao pensarmos em território, mesmo que naturalmente quando nos vem à ideia de “território nacional”, o Estado em si, um espectro em escala nacional, onde o governo por sua vez é o gestor principal, que busca a defesa do território pátrio, a proteção de sua nação. Porém ele não se deve ser sempre atrelado a este fato em si, pois Souza (2000) “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas”, ou seja, por exemplo, podemos pensar o território sendo ele uma rua ou calçada na cidade ou até mesmo um bloco econômico em que envolva diversos países:

[...] Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também poder ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: “o território nacional”. (SOUZA, 2000, p. 81).

Na Geografia Política o território nasce a partir da identificação como um espaço concreto em si, sendo ele apropriado por um grupo social, ou seja, Souza (2000) “o território, (...), é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, como já mencionado acima com Haesbaert igualmente, a ocupação do território:

[...] é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 2000, p. 84).

E os limites territoriais não seriam imutáveis, pois as suas delimitações são alteráveis através de uma força maior. Logo, esse espaço quando demarcado possibilita o reconhecimento de um território. Durante todo o momento será território, porque apenas a sua durabilidade poderia ser causadora de identidade socioespacial. Em consonância com Souza (2000) “não é de se surpreender, diante de tal rigidez, que essa visão tenha muitas vezes usado termos território e espaço indistintamente, obscurecendo o caráter especificamente político do primeiro”.

Por uma perspectiva geopolítica do território, entende-se territorialidade como a estratégia geográfica para controlar a dinâmica das pessoas, fenômenos e relações, através da manutenção do domínio de determinada localidade. Neste sentido, para cada território existente, pode haver uma vasta diversidade de territorialidades. As conotações adquiridas por essas

territorialidades são distintas dependendo da escala adotada, se enfocada ao nível local, regional, nacional ou supranacional (HAESBAERT, 2007).

Assim como o território é uma construção social e histórica, as territorialidades também são concebidas socialmente ao longo do tempo, sem esquecer, que são firmadas em uma dinâmica espacial. Quanto às características das territorialidades, inseridas em tempos de globalização, Haesbaert (2007), expõe que há “a formação simultânea de uma elite globalizada *vis a vis* a uma enorme massa de excluídos que buscam reconstruir seus territórios”.

Temos assim, num extremo, os “aglomerados de exclusão” – grupos de indivíduos totalmente desenraizados ou desterritorializados, cujo único objetivo, praticamente é a sobrevivência física cotidiana – e, no outro extremo, os “territorialismos”, espaços cujos grupos se fecham ao diálogo com o outro e se prendem a identidades, muitas vezes reacionárias e conservadoras, como única forma de se sentirem reintegrados socialmente (HAESBAERT, 2017, p. 125).

Nesse sentido, há dois atores observados que atuam nas disputas e na construção geohistória do espaço urbano, os moradores em situação de rua e os comerciantes.

3 ATORES TERRITORIAIS

A partir deste momento, depreende-se da análise territorial em relação à situação de rua, as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos envolvidos. Esta disputa envolve uma complexa dinâmica no momento em que o poder já mencionado é multifacetado, podendo ser explicado pela necessidade de sobrevivência, por exemplo. Poder é tratado por Foucault (*apud* MACHADO, 2007) como uma dinâmica que se origina apenas numa dada relação, de modo que estas relações não se estabelecem em apenas um ponto, mas são espraiadas por toda a sociedade.

Além disso,

[...] esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não podem ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se estende por toda a sociedade e da qual ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. (MACHADO, 2007).

Já a análise de poder feita por Bourdieu, citado por Castro (1998), trata a questão como um campo de forças, em que as formas de poder bem como as relações trazem em seu âmago

lutas entre atores de um jogo, de maneira que se enfrentam no objetivo de manter ou modificar a realidade estabelecida. Esta dinâmica ocorre de tal forma que aqueles que possuem certo capital econômico e/ou social tem a capacidade de consolidar a sua posição dominante perante os outros. Este autor vê o poder como algo praticamente mágico, simbólico, de forma que só é legitimado a partir de seu reconhecimento. A esta consideração, tem-se que:

A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. O poder simbólico é, para Bourdieu, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder (CASTRO, 1998).

Desta maneira, as relações de poder entendidas pela análise do contexto dos moradores em situação de rua se pautam pela luta em achar alimentação, abrigo e condições mínimas de vida. O caráter multifacetado se coloca no momento em que os moradores em situação de rua lidam, diariamente, com as lutas não apenas por artigos materiais, mas também pela sua inserção por meio do trabalho e através do combate ao preconceito, violência e discriminação advindas das condições de vida.

Do mesmo modo, as formas de poder interpostas subjetivamente nesta dinâmica, também são colocadas nas relações entre os diversos sujeitos envolvidos, a saber, os moradores em situação de rua, os comerciantes, os moradores das residências circundantes, o poder público.

O recorte teórico utilizado para o presente estudo trata das relações de poder estabelecidas entre os moradores em situação de rua e os comerciantes, de maneira que o segundo, por possuir um capital maior que o primeiro, por vezes, suas reivindicações são consideradas e atendidas no jogo do poder.

Estas características do poder são evidenciadas nas territorialidades dos moradores em situação de rua no momento em que se organizam em pequenos grupos e/ou se estabelecem em um dado local da cidade reivindicando melhores condições de abrigo ou alimentação. Da mesma forma, para os comerciantes, estes consolidam seu poder tanto nos movimentos de retirada dos moradores em situação de rua dos locais próximos aos comércios quanto nos momentos em que procuram ações para (re)inserir estes moradores no mercado de trabalho e na sociedade, evidenciando que os comerciantes tendem a possuir o controle dos locais que o circundam. Assim, para uma melhor compreensão da dinâmica, é necessário entender o papel dos atores envolvidos bem como suas origens.

Complementando, o papel dos comerciantes nas questões relacionadas aos territórios e aos moradores em situação de rua, advém de que boa parte dos abrigos encontrados são embaixo de marquises e de estruturas de lojas, vendas, mercados, etc. Com isso, existe um embate de poderes entre os detentores oficiais dos espaços das lojas e comércios e a parte excluída da população, na qual procura locais protegidos a fim de, pelo menos, conseguirem um abrigo contra as intempéries. Nesta disputa de poder, os comerciantes se utilizam do paradigma econômico para defender seus interesses e promover ações como petições públicas a fim da “remoção” das pessoas dos locais públicos sob o pretexto de limpeza e diminuição da violência.

Ademais, é importante ponderar o fato que o comerciante, vindo de uma realidade diferente da pessoa em situação de rua, possui uma concepção por vezes distorcidas em relação a isso, de maneira que pode, por meio destas ações e movimentações públicas, exacerbar o preconceito já citado e, com isso, gerar uma disputa de poder pelo espaço.

No tocante aos moradores em situação de rua e das diversas explicações que levaram as pessoas a se encontrarem nesta situação, há uma consonância de características, a saber: Condição de extrema pobreza econômica, exclusão sociocultural e a falta de pertencimento na sociedade. Estas pessoas tendem a se utilizarem do espaço público - tais como praças, passeios públicos, parques, entre outros – como o local de moradia/Identidade? – e, em termos, o lugar. Estabelecendo ali suas relações da vida privada, de maneira que a supressão da sua vida na sociedade podem causar desestabilizações e doenças relacionadas à saúde mental, como depressão e esquizofrenia, assim como problemas ligados ao abuso no consumo de álcool e substâncias psicoativas (COSTA, 2005; BOTTI et al., 2010).

Neste momento, é pertinente ponderar que as identidades construídas pelas pessoas em situação de rua podem ser, por diversos motivos, de ordem econômica, social, afetiva, etc., fomentadas devido à perda de emprego, brigas em casa, dependência química, migrações ou qualquer motivo que obrigou a pessoa a fazer da rua sua morada.

Dentro deste contexto, os moradores em situação de rua passam a sobreviver por meio, por exemplo, do recolhimento de resíduos, como “flanelinhas” (guardadores de carros), o que também gera, na sociedade em geral, uma visão distorcida sobre estas pessoas, potencializando o processo de exclusão bem como o preconceito já estabelecido. Além disso, a invisibilidade trazida pela situação de rua faz com que, segundo aponta Almeida (2011), a pessoa não apenas seja esquecida por parte da sociedade, bem como este indivíduo não seja mais visto como um ser humano, mas um animal estranho à realidade. De modo que são estereotipados com as mais

preconceituosas palavras, como “sujas, viciadas, fedorentas”, entre outros. Contudo, é importante ressaltar que, apesar dos preconceitos serem, no geral, similares, as formas de situação de rua dessa população, não.

Em relação às especificidades da população em situação de rua, Bezerra e Rosa (*apud* COSTA, 2005) apresentam três ocorrências sobre a permanência, sendo:

As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão fazendo um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

Assim, estes moradores, vindos de diversas realidades e origens, frequentemente rompem laços familiares, de modo que passam a viver sozinhos ou em pequenos grupos. Algumas uniões que se formam para a superação das adversidades encontradas na condição de vida na rua, além de encontrarem nestes grupos um convívio social mais fortalecido e, com isso, unindo forças para as reivindicações junto ao Estado (CANÔNICO et al., 2007).

Situações envolvendo a saúde desses moradores são vistas com grande preocupação devido às deficiências no atendimento bem como a falta de condições da pessoa de procurar por tratamentos e/ou cuidados mais específicos, o que agrava tal condição e deteriora a saúde destas pessoas. Esta preocupação é bem notada ao realizar uma breve revisão de literatura sobre o tema, em que boa parte dos trabalhos publicados nos últimos anos discutem as questões na ordem da saúde relacionada à condição da situação de rua.

Aliado às situações de saúde dos moradores em situação de rua, um tema recorrente no imaginário popular se trata da violência, causada muitas vezes pela discriminação. Este preconceito, como bem colocam Mattos e Ferreira (2004, p. 47), é materializado pela “existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua”.

É através dessas relações territoriais entre os atores trabalhados que se entende a necessidade de analisar como cada grupo pensa e age, ao mesmo tempo, promovendo uma crítica científica para o melhor encaminhamento do tema.

3.1 OS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1.1 Largado

A entrevista, ocorrida em 12 de junho de 2019 com o morador chamado de Largado, 40 anos, foi estabelecida por meio de um questionário simples abordando o cotidiano de sua vida. A entrevista foi respondida por Maicon, seu amigo, devido à privação de fala que Largado tem, por conta de uma briga que ele teve com outro morador em situação de rua, o que deixou sequelas permanentes e dificultou sua situação. Maicon informou que durante toda a vida de Largado, ele residiu no município de Londrina e acabou indo morar nas ruas por conta de dependência química, situação na qual se encontra por cinco anos. Segundo Maicon, ele o conheceu pois, após um dado momento, Maicon passou a fornecer alimentação à Largado, o que fez estreitar suas relações. Maicon disse que seu amigo diariamente sofre com a exclusão social através de agressões verbais. Estas agressões, segundo ele, são mais evidentes pelos restaurantes da área em que ele vive. Ademais, o local em que Largado estabeleceu como morada, a Concha Acústica, se deu pela proximidade com o ponto de alimentação disponível.

Desta maneira, nota-se nesta entrevista que a situação do morador Largado se correlaciona com os relatos dados nos mais variados estudos deste tema, como o de Asuasuma et al. (2018), em que se observa a grande quantidade de moradores nesta situação em Londrina que são dependentes químicos e que, muitos destes, foram à rua por desavenças familiares.

3.1.2 Valdir

Valdir foi abordado na região central da cidade e apontou que reside nas ruas há pouco tempo. Possui 24 anos e sempre morou em Londrina. O mesmo informou que o motivo pelo qual se encontra, decorreu pelo abandono de sua mãe e a única saída encontrada foi morar nas ruas. Em concordância com o já apresentado acima, Valdir também é usuário de entorpecentes, entretanto tem muita vontade de sair desta condição. A situação peculiar que tomou conta desta entrevista se deu pela inquietude do informante, o que acabou por adiantar o término desta, pela imprevisibilidade do momento.

3.1.3 Alexandre

A entrevista teve início com um questionário simples e desenvolveu-se em uma conversa informal, na qual o entrevistado sentiu-se à vontade para falar. Alexandre é mais um jovem que se encontra em situação de rua, devido à dependência química. Possui 23 anos e é natal de Ribeirão do Pinhal, município situado na Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense e a 121 Km de distância de Londrina. É em Ribeirão do Pinhal que reside a família do jovem, no entanto, estes não mantêm contato. Alexandre está em Londrina desde 2014 e em situação de rua desde 2018. É acompanhado por dois cachorros, os quais ele considera amigos.

Quando perguntado sobre a dependência química e a situação de rua, Alexandre afirmou que tem interesse em deixar o vício e sair das ruas. Segundo o mesmo “ninguém que tá na rua, quer ficar”. Em relação ao preconceito sofrido, o jovem fala que para a sociedade, os moradores em situação de rua são considerados “lixo” e que ele se vê desta forma. Além disso, relatou que sofre violência verbal diariamente.

Alexandre vive próximo a Biblioteca Municipal e a Concha Acústica de Londrina. Relatou que há mais pessoas em situação de rua que vivem com ele na frente da Biblioteca e, que ele os considera amigos e eles se ajudam, embora, hajam algumas brigas entre eles. A localidade em que se encontra explicou, ser devido à facilidade do acesso à alimentação.

Em um momento da conversa, Alexandre mostrou os braços que estavam cortados e disse que também faz cortes nas pernas. Ele afirmou que se corta para extravasar a raiva e, assim, não brigar com outras pessoas. O jovem também disse que pede dinheiro no semáforo e que “guarda carros” para conseguir sobreviver. A entrevista/conversa encerrou-se com a sugestão de Alexandre, de desenvolver projetos de artesanato para os moradores em situação de rua, para que esses tenham uma fonte de renda.

3.2 O COMÉRCIO

A entrevista foi realizada no dia 12 de junho de 2019 em uma loja com o ramo de atividade de vendas de ferramentas para jardinagem, comércio este mantido em sociedade familiar, entre o Sr. Claudio (pai), a Andressa (filha) e o Claudinei (genro). Este diálogo foi fundamentado através de questionários, em que, em diversos momentos, pode-se atingir mais

informações que o esperado, pois a empresa se localiza em frente a uma entidade religiosa que se empenhava em preparar comidas para moradores em situação de rua.

A conversa teve início com Andressa, no momento em que foi perguntado se os moradores de rua causavam problemas ao permanecerem por perto, principalmente no período matutino, no momento em que as lojas do centro se abrem. Teve-se como resposta, que sim, sendo este um momento que incomodava bastante pelo fato em que os moradores realizavam as suas necessidades em frente à loja, e quase todos os dias algum funcionário teria a função de limpar primeiro a calçada para que o comércio pudesse de fato ser aberto. Andressa acrescentou também que a maioria dos moradores em situação de rua são dependentes químicos, e o Sr. Claudio complementou que eles brigam entre eles em frente ao estabelecimento. Alega que por conta desses acontecimentos acabou perdendo alguns de seus clientes. Indagou-se, se, por conta desses acontecimentos, eles teriam interesse em mudar de endereço e o Sr. Claudio comentou que não, pois a empresa já está ali por alguns anos e eles possuem clientes fiéis.

Andressa sinaliza que, “nem todos são mal educados, eles precisam de uma oportunidade também”. Nesta fala conseguimos identificar que mesmo diante de uma forte disputa territorial houve empatia. Aproveitou-se este momento para falar sobre as oportunidades de trabalho e averiguar se eles contratariam alguma pessoa que esteja ou já passou por situação de rua, a resposta foi positiva, porém eles teriam alguns cuidados no início, principalmente com roubos e maus comportamentos.

Foi identificado que durante toda a entrevista, os três falavam bastante sobre a questão da agressividade dos moradores em situação de rua. A partir da fala do Claudinei, nos últimos 12 anos essa hostilidade aumentou, pois o mesmo sofreu em uma situação de agressão verbal de uma mulher. Com isso, Claudinei faz referencia também à responsabilidade dos órgãos públicos diante desta situação. Alega que estes, ao invés de resolver a situação, “cuidam por alguns dias e os deixam voltar para a mesma situação”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, ao se analisar em sua totalidade o processo de estabelecimento da situação de rua, nota-se o caráter multifacetado que o fenômeno possui, devido as mais variadas dinâmicas, tanto causadoras quanto às consequências pessoais e coletivas sofridas, levando a pessoa a se encontrar nesta circunstância. Mediante tal situação, no cenário brasileiro, a quantidade de pessoas que se encontram nesta condição é expressiva e, além disso, infere-se que

o número pode ser maior por conta dos métodos de coleta de dados feitos pelo órgão responsável. De todo modo, é de fundamental importância o papel que o território e as territorialidades têm no processo de desenvolvimento ou de atenuação desta dinâmica.

Nesse sentido, a localização em que essas pessoas em situação de rua na cidade de Londrina encontram-se, reflete a sua desterritorialização, tendo como único objetivo a sobrevivência, aqui explicitada pelo acesso à alimentação, oferecida por voluntários na Concha Acústica. Portanto, os moradores em situação de rua, enquanto massa excluída e considerados “lixos” urbanos da sociedade, vivenciam o espaço, no entanto, não se sentem como atores do processo de produção do espaço urbano e, conseqüentemente, tão menos de criar territórios bem delimitados. Os seus territórios são temporários e dependem se suas necessidades básicas para sobrevivência serão atendidas nesse local. Dessa forma, essas pessoas em situação de rua vivem ciclicamente um processo de territorialização–desterritorialização–reterritorialização.

Ao se analisar as entrevistas realizadas, nos casos de Largado, Valdir e Alexandre há um denominador comum em relação à dependência química. Porém, vale ressaltar o papel da amizade entre Largado e Maicon no sentido não apenas de auxílio material, mas também no apoio emocional, tendo em vista que o processo de desenraizamento e a perda de identidade pode evoluir para casos de solidão profunda e depressão, como notados nos cortes feitos por Alexandre em seus braços e pernas, onde a relação de amizade pode ser um forte aliado contra estes problemas. Além disso, a situação de violência presente no cotidiano dos moradores em situação de rua é evidenciado no momento em que Largado possui não apenas uma condição que impossibilita sua fala devido a uma briga, mas os casos relatados de violência verbal e física presenciados e sofridos por estes.

Por sua vez, os comerciantes e residentes de condomínios do centro histórico demonstram forte identidade territorial. Os comerciantes precisam lidar com os desafios em manter-se funcionando regularmente, mesmo diante de circunstâncias causadas por embates com os moradores em situação de rua. Estes momentos se iniciam desde a abertura do estabelecimento, quando se deparam com sujeiras das necessidades feitas por moradores, brigas entre eles durante o período de funcionamento da loja, desrespeito com seus funcionários e falas hostis dos moradores com os clientes e demais pessoas, deixando este território dividido entre esses grupos.

Esta realidade demonstra o constante cenário de vulnerabilidade social causado pela violência e pela exclusão social sofrida por estas pessoas. Salienta-se que os estudos

relacionados à situação de moradores de rua está longe de ser esgotada, principalmente, na área de Geografia. Nesse material empírico apurado sobre a percepção do comércio diante desta disputa territorial, ficou evidente o descaso por parte do poder público local para buscar e aplicar soluções concretas. Pois se percebe que os moradores necessitam de oportunidades para saírem dessa situação, como projetos de trabalho manual e de inserção no mercado de trabalho e, por conseguinte, reinserção na sociedade.

Neste sentido, os estudos geográficos ao contemplarem os aspectos territoriais, sociais e culturais, permitem compreender o espaço urbano em sua totalidade e desenvolver programas sociais, considerando os moradores em situação de rua e suas particularidades como transformadores do espaço. Em suma, o trabalho geográfico contribui não apenas para o estudo universal do morador e suas ações no espaço, mas também com estudos específicos dando visibilidade as necessidades destes agentes, sendo assim, um intermediário entre os órgãos públicos e moradores em situação de rua.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.A.C. MORADOR DE RUA: Da questão social para a questão midiática. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v. 1, n. 1, 2011, p. 77-102.

ASSUASUMA, E.S.; PEREIRA, J.M.; CAVATORTA, M.G. Segregação territorial, social e urbana em Londrina (PR): um estudo de caso com a população em situação de rua da região central. In: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 895-908

BOTTI, N.C.L.; CASTRO, C.G.; SILVA, M.F.; SILVA, A.K.; OLIVEIRA, L.C.; CASTRO, A.C.H.O.A.; FONSECA, L.L.K. Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2010, p. 10-16.

CANÔNICO, R.P.; TANAKA, A.C.D.; MAZZA, M.P.R.; SOUZA, M.F.; BERNAT, M.C.; JUNQUEIRA, L.X. Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 41, 2007, p. 799-803.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituição**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, M. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, 1998.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 453 p.

CÔRREA, R.L. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000, p. 15-48.

COSTA, A.P.M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2005, p. 1-15.

HAESBAERT, R. LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc: Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

_____. **Territórios alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. 186 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao>. Acesso em: 09 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016, 36p.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 146p.

MATTOS, R.M.; FERREIRA, R.F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2004, p. 47-58.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Censo do Sistema Único de Assistência Social 2018**. Disponível em: <aplicacoes4.mds.gov.br/sagicenso/censosuas/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000, p. 77-116.